

# PRÁTICAS DE LINGUAGEM TRANSFÓBICAS NO CIBERESPAÇO: perspectivas pragmáticas sobre a violência linguística

Danillo da Conceição Pereira Silva

(Universidade Federal de Sergipe - Instituto Federal de Alagoas)

<https://orcid.org/0000-0002-5879-5999>

## RESUMO

Este artigo discute práticas linguísticas digitalmente mediadas engajadas na produção de violência linguística contra pessoas transsexuais, travestis e transgêneras. Para este fim, alinhando-nos às perspectivas da nova Pragmática Linguística, especialmente aos desenvolvimentos recentes sobre os atos de fala, destacamos o particular caráter violento que alguns deles podem assumir, enquanto efeito pragmático produzido pela natureza indexical da linguagem. Ademais, salientamos as especificidades das práticas linguísticas realizadas no ciberespaço, atinentes ao potencial semiótico da violência nesse contexto. Assim, aplicando as discussões teóricas empreendidas, à luz de uma metodologia qualitativa e de cariz interpretativista, analisamos dois comentários *online* postados por leitores da página de notícias *GI*, em matérias relativas a 19º Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, Brasil, ocorrida em 2015. Por fim, constatamos a produtividade da perspectiva pragmática sobre a linguagem na compreensão de práticas *online* nas quais esta é utilizada com vistas a violentar pessoas contextualmente posicionadas em lugares subalternizados em termos de gênero, a exemplo de pessoas trans, dentre outros marcadores sociais da diferença. PALAVRAS-CHAVE: Comentários *online*. Atos de Fala. Transformação. Violência linguística.

## TRANSPHOBIC LANGUAGE PRACTICES IN CYBERSPACE: pragmatic perspectives on linguistic violence

### ABSTRACT

This article discusses digitally mediated linguistic practices engaged in the production of linguistic violence against transsexual, transvestites and transgender people. For this, in line with perspectives of the new Linguistic Pragmatics, especially the recent developments about speech acts, we highlight the particular violent character that some of them may assume as a pragmatic effect produced by the indexical nature of language. In addition, we highlight the specificities of the linguistic practices carried out in cyberspace, related to the semiotic potential of violence in this context. Thus, applying the theoretical discussions undertaken, in the light of a qualitative and interpretative methodology, we analyze two online comments posted by readers of the G1 news page, in matters related to the 19th LGBT Pride Parade in São Paulo, Brazil, in 2015. Finally, we observe the productivity of the pragmatic perspective on language in the understanding of online practices in which it is used with a view to violating people contextually positioned in places subordinated in terms of gender such as trans people and other social markers of difference.

**KEYWORDS:** Online Comments. Speech Acts. Transphobia. Linguistic Violence.

### 1 Introdução

A preocupação com o modo como os sujeitos que usam a linguagem se inserem, de diferentes formas e para diferentes fins, nas práticas discursivas de que participam, está inscrita na história intelectual da pesquisa em Linguística, sendo traduzida em diversas categorias teórico-analíticas, desenvolvidas por diferentes teorias do texto e o discurso. No que concerne aos estudos da linguagem em interação desenvolvidos no

interior das abordagens pragmáticas, ganhou particular ênfase a preocupação com o modo como os interlocutores engajados em uma prática interacional específica, face-a-face, negociam seus interesses a fim de manter a harmonia dessas interações, através de certas estratégias linguísticas, uma vez que toda interação é entendida como potencialmente ameaçadora desse equilíbrio. A esse fenômeno denomina-se, de forma corrente na produção da área, “polidez” ou “cortesia”.

Dentre os principais modelos de análise linguística com vistas a descrever o funcionamento das normas de polidez (LAKOFF, 1973; LEECH, 1983; BROWN; LEVINSON (1987 [1978]; KEBRAT-ORECCHIONI, 1992, 2006), é ponto pacífico a validação do *Princípio de Cooperação* (PCO), do filósofo Paul Grice, o qual preconiza que interlocutores buscam sempre a harmonia nas interações a partir do atendimento da regra conversacional universal: “faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (GRICE, 1982, p. 86). Tal opção teórico-metodológica, longe de ser neutra do ponto de vista político, revela crenças sobre a sociedade, suas relações e seus sujeitos, subjacentes a esse modelo, as quais, como discutido por Rajagopalan (2010), apontam para um ideologia liberal de sociedade, na qual sujeitos plenamente livre e racionais conviveriam harmonicamente, apagando assim as desigualdades, tensões, assimetrias, disputas e, conseqüentemente, os processos de violência, dominação e resistência.

Nesse sentido, são bastante recentes os investimentos epistemológicos e explanatórios no sentido de compreender, mediante características próprias, práticas interacionais nas quais o princípio conversacional vigente não é a cooperação, mas a violência. Como exemplo desse movimento, podemos pensar na emergência de estudos sobre impolidez/descortesia linguística e sobre práticas de violência linguística (SILVA, 2012; SILVA; ALENCAR, 2013; SILVA, 2017) especialmente endereçada contra grupos sociais subalternizados, em espaços *on-line* e *off-line* de interação.

No interior dessas abordagens estão aquelas empreendidas pela Nova Pragmática Linguística (RAJAGOPALAN, 2010; SILVA; FERREIRA; ALENCAR, 2014), as quais correspondem à sinalização registrada em diferentes publicações e eventos científicos, por parte da comunidade acadêmica nacional e internacional, como discutido por Bravo (2003),

Bolivar (2003), Leezemberg (2014), Tomazi e Cunha (2017), dentre outros, da necessidade de revisão das perspectivas sobre as quais se tem pensado o estatuto de práticas interacionais nas teorias pragmáticas. O argumento da existência de tal demanda assenta-se, sobretudo, na flagrante desconsideração, por parte das abordagens clássicas, da massiva influência que instâncias de ordem macrosociológica exercem sobre eventos interacionais situados, a exemplo de ordem ideológica, das relações de poder, de determinantes institucionais, de marcadores de raça, classe, gênero<sup>1</sup> e sexualidade, dentre outros dados contextuais mais densos.

Sem sombra de dúvidas, a efervescência das possibilidades de interconexão e reflexividade próprias das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação na modernidade recente, alimentadas pelo impacto que a hipersemiotização da vida social na Web 2.0 causaram sobre o funcionamento das práticas discursivas trazem para um ponto privilegiado da agenda da pesquisa em estudos da linguagem a necessidade de ampliação de trabalhos que se ocupem da análise do funcionamento da língua(gem) em ambientes virtuais de interação.

No sentido de colaborar com tais desenvolvimentos, apoiando-nos em dados gerados a partir da análise de práticas de linguagem exercidas na seção de comentários do site de notícias *GI*, em matérias que noticiavam a performance protagonizada pela atriz e modelo transexual Viviane Beleboni na 19ª Prada do Orgulho LGBT de São Paulo, em 2016, pretendemos explorar o modo como tais atos de fala funcionam no sentido de produzir a violência linguística contra pessoas trans, visando a ampliar, por um lado, a compreensão das práticas interacionais mediadas pela tecnologia em espaços digitais de interação e, por outro, os desdobramentos

---

1 Neste trabalho, a categoria gênero é tomada desde uma perspectiva pós-estruturalista e performativa do termo, de modo que “o gênero não deve ser interpretado como uma identidade estável ou um lugar em que se assenta a capacidade de ação e de onde resultam diversos atos, senão como uma identidade fragilmente constituída no tempo, instituída em um espaço exterior mediante uma reiteração estilizada de atos. (...) Esta formulação distancia a concepção de gênero de um modelo substancial de identidade e a coloca em um terreno que requer uma concepção de gênero como temporalidade social constituída. É significativo que, se o gênero se institui mediante atos que são internamente descontínuos, então a aparência de substância é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa” (BUTLER, 2017, p. 235).

recentes em torno da violência exercida na/pela linguagem, desde uma perspectiva política e socialmente implicada em Pragmática.

## 2 Violência linguística de motivação transfóbica: atos de fala e contextos indexados

Um deslocamento importante e, sem dúvida, em franco desenvolvimento no campo dos estudos da linguagem, é aquele que diz respeito à passagem de uma concepção neoplatônica de linguagem, centrada na ideia de representação, para uma concepção radicalmente pragmática, na qual as práticas de linguagem muito além de representarem especularmente a realidade social em que estão inseridas, funcionam no sentido de produzi-la, bem como acontece aos sujeitos que dialeticamente atuam nela.

Nesse sentido, os significados injuriosos ou violentos que determinadas palavras ou expressões linguísticas podem assumir no interior de práticas comunicativas situadas são mais do que mero fruto do valor negativo de que gozam no interior de um léxico específico, expressas através de determinadas formas linguísticas. Distante disso, a relação entre significação e violência demanda uma interpretação crítica da linguagem que ponha em perspectiva os efeitos contextuais emergentes na interação, em função da inescapável relação estabelecida entre a língua e suas circunstâncias de uso, ou seja, em função dos efeitos indexicalmente<sup>2</sup> evocados pelos recursos semióticos empregados em sua elaboração.

Assim, quando pensamos no efeito violento que determinados enunciados podem produzir sobre sujeitos e grupos sociais, a exemplo do que acontece em discursos que visam a subalternizar pessoas trans por conta de sua performance de gênero, estamos acenando para a ideia

---

2 A noção de indexicalidade, bastante desenvolvida em estudos em pragmática de orientações semelhantes às de Silvestrein (1993), assumem que “os signos que funcionam metapragmaticamente ‘enquadram’, ‘regimentam’, ‘estipulam’ os fenômenos indexicais ou pragmáticos”. Nesse sentido, explica Silva (2014, p. 73): “como todo uso de signo envolve um “contexto”, então, necessariamente, todo uso de signo é contíguo a um contexto (e a um cotexto) [...] O signo, assim, funciona como índice do contexto. Porém, além de pressupor um contexto, o signo cria o contexto. Resumindo, os signos, a um só tempo, pressupõem e criam seus contextos. Nas palavras do próprio Silverstein (1993, p. 36): o signo ‘pressupõe (portanto, indexa) algo do seu contexto-de-ocorrência, ou acarreta (e, portanto, indexa) algo sobre seu contexto-de- ocorrência””.

de que tais elementos linguísticos, mais do que estarem “impregnados” de sentidos violentos, funcionam como modos de ação na/pela linguagem, como “atos de fala” (AUSTIN, 1990, p. 122) que atingem, ou não, seu objetivo justamente na medida em que reiteram, com mais ou menos êxito, “ações prévias” de outros sujeitos, em outros contextos, acionando assim valores, saberes, práticas, narrativas sociais “ritualizados” (AUSTIN, 1990, p. 34) da experiência humana. Nesse ponto, fica evidente que tais concepções são subsidiárias do pensamento de J. L. Austin, em torno da intitulada Teoria dos Atos de Fala desenvolvida principalmente no *How to Do Things With Words* (1990 [1962]), com tradução publicada no Brasil, em 1990, sob o título *Quando dizer é fazer*, bem como das revisões críticas propostas pelas perspectivas filosóficas desconstrucionistas de Jacques Derrida (1991) e pela filosofia política e de gênero de Judith Butler (1997).

Na esteira de tais reflexões, um exemplo que pode elucidar tal funcionamento diz respeito ao modo como discursos de ódio marcadamente racistas se organizam para significar e, assim, realizar a violência a que se destinam. Um caso de grande repercussão midiática foi o linchamento virtual sofrido pelo jogador da seleção brasileira, Fernandinho, após realizar um gol contra numa partida em que o Brasil enfrentava a Suécia na Copa do Mundo Fifa de 2018. Boa parte dos comentários realizados na rede social *Twitter*, endereçados ao atleta brasileiro, à época do fato, era dotada de tom racista, a exemplo de postagens como “Fernandinho *macaco preto* (emoji expressando raiva)”, “vsf Fernandinho *nego macaco* filho da puta, e não gostou da publicação vem e dá em mim” ou ainda “isso é culpa do *macaco* do Fernandinho...fdp!!!”. Nesses atos de fala fica evidente a reiteração, através de diferentes processos linguísticos, da designação do jogador como “macaco”.

Certamente, os efeitos gerados por tal ato, dentre eles seu caráter injurioso, deve-se justamente a natureza indexical dos itens linguísticos empregados na sua elaboração, uma vez que reiteram contextos racistas nos quais pessoas negras são posicionadas em condição subalternizada, a exemplo do que produzem os discursos de animalização, os quais significam tais sujeitos como não-humanos, bestiais, desprovidos de racionalidade e inteligência. Tais sentidos ganham contornos ainda mais densos se atentarmos às redes de discursos, práticas e violências para as quais eles apontam, com vistas a atualizar, no evento discursivo situado em questão, mediante diferentes instanciações semióticas, os sentidos pujantes na

memória social de um país que ainda não tratou devidamente a ferida da escravidão, muito menos sua dívida secular no que tange à promoção de igualdade racial e de justiça social para as pessoas que ainda hoje sofrem as consequências de habitar um Estado fundado sob a hierarquização e a precarização de vidas e corpos de negros e negras.

É nesse sentido que podemos pensar a violência linguística como o efeito (meta)pragmático de determinados usos linguísticos que “ao posicionarem o outro – especialmente aquele que representa a raça, gênero, a sexualidade e o território que não se quer habitar – num lugar vulnerável, acabam por insultar, injuriar ou violar a sua condição” (SILVA; ALENCAR, 2013, p. 137). Assim, no que tange à realização de atos de fala que produzem a violência linguística de motivação transfóbica em comentários *online*, podemos entendê-la como aquela que visa a subalternizar e ferir pessoas que em suas vidas e seus corpos desafiam a imaginada coerência compulsória entre sexo/gênero/desejo, a exemplo de pessoas travestis, transexuais e transgêneros, conforme discutido por Butler (2017 [1990]).

Nesse sentido, a fim de que possamos proceder às análises de como determinados atos de fala violentos, ao exercerem a transfobia, se valem de violências perpetradas fisicamente para obter a força ilocucionária que os fazem atingir sua condição de felicidade, precisamos atentar para o potencial performativo da linguagem. Nesse sentido, sustenta Butler (2003, p. 167):

ato performativo é aquela prática discursiva que efetua ou produz aquilo que ela nomeia. De acordo com o relato bíblico do performativo, isto é, “que se faça a luz”, parece que é em virtude do poder do sujeito ou de sua vontade que um fenômeno é trazido, ao nomeá-lo, à existência. Numa reformulação crítica do performativo, Derrida deixa claro que esse poder não é a função de uma vontade originadora, mas é sempre derivativo: Poderia um enunciado performativo ser bem-sucedido se sua formulação não repetisse em um enunciado “codificado” ou iterável ou, em outras palavras, se a fórmula que pronuncio para abrir uma sessão, lançar um barco ou efetuar um casamento não fosse identificável como conforme a um modelo iterável, se ela não fosse, pois, identificável de alguma forma, como uma “citação”? [...] Nesta tipologia a categoria de intenção não desaparecerá, ela terá o seu lugar, mas a partir deste lugar, não poderá mais comandar todo o sistema e toda a cena da enunciação (Derrida, 1988, p. 18)” (BUTLER, 2003, p. 167).

Nessa direção, atos que performatizam a violência na linguagem, em algumas de suas realizações, se valem, citacionalmente, do caráter iterativo de outros atos violentos codificados em outros contextos, os quais, uma vez indexados nesses atos de fala, conferem-lhes a força de ferir, tornam-se inteligíveis como violência efetiva perpetrada contra pessoas trans. Dessa perspectiva, entrevemos com que estreiteza as relações entre linguagem e sociedade são travadas na elaboração dos significados em práticas de linguagem violentas, desembocando no fato de que numa análise de tais práticas é de fundamental importância considerar os repositórios culturais e sociais mobilizados na elaboração indexical da arquitetura semiótica dos atos de fala violentos, bem como estes são dotadas de força ilocucionária – força que faz um ato de fala ser capaz de realizar aquilo que enuncia – mediante o atendimento de seu caráter ritual.

### 3 A transfobia virtual é real: ciberespaço e violência

Todas as práticas de linguagem configuram-se como performances situadas. Ou seja, nenhuma delas ocorre num vácuo significativo, mas imiscuídas num determinado contexto e estabelecem com este uma relação infundável de mútua constituição. Direcionando tal proposição para o percurso teórico-analítico proposto neste artigo, é de fundamental relevância considerarmos os contextos nos quais os atos de fala transfóbicos se realizam e como estes estabelecem relação com a violência ali praticada.

De partida, vale reconhecermos o ciberespaço e a cibercultura, contextos nos quais as práticas de linguagem transfóbicas aqui analisadas acontecem, como eventos situados no tempo e no espaço, sendo assim, frutos de um processo de exacerbação da intervenção da técnica nos modos de vida humanos e da fragilização das fronteiras entre o local e o global característicos do processo de globalização, transnacionalização de corpos, saberes, práticas e discursos, próprios da vida contemporânea.

Assim, quando pensamos a dimensão digital das práticas de linguagem mediadas pela tecnologia e suas especificidades, vale salientar que tais elementos correspondem, na verdade, à exacerbação da experiência própria da condição humana, dotada de suas complexidades antropológicas e sociais, mediada por linguagens cada vez mais complexas, multissemióticas, transmidiáticas, ubíquas, híbridas, fluidas e seus dispositivos cada vez mais especializados. Nesse sentido, o avanço da técnica, manifestado na revolução da informática e da cibernética modificaram (e



porque não dizer, ampliaram) nosso conceito de real. Assim, “o virtual já é real e já existe. Ele não se opõe ao real, ele se opõe ao atual. Agora se entende por virtual algo real e existente que aguarda por uma atualização. É aquilo que pode ser infinitamente atualizado” (CHAUÍ, 2010, s/p).

Desse modo, tendo em vista a multiplicidade de fenômenos, lógicas, agentes e linguagens que compõem a ciberrealidade, pensamos que a violência produzida nela ganha contornos particulares graças ao fato de, entre outras coisas, ser “a atualização o modo de relação dos indivíduos humanos como sistemas informacionais” (CHAUÍ, 2010, s/p). É mediante a constante atualização, por meio de processos de múltiplas sobreposições e ancoragens hipertextuais, que a violência linguística performativizada nas redes ganha força ilocucionária particular.

A partir dessa orientação, entendemos que seu caráter significativo é intensificado graças à constante necessidade de reestabelecimento de seus sentidos, oriunda da liquidez multidirecional de sua ancoragem referencial e do emaranhado de sentidos indexicais combinados em sua superfície que, quando acionados são capazes de trazer à tona inúmeros contextos, então rearranjados, combinados e, possivelmente, potencializados. Assim, quando o que faz a linguagem é a violência e o “lugar” onde esta se realiza é a ciberrealidade, as dimensões de tal ato ganham proporções ainda maiores de “machucabilidade” (SILVA, 2012).

O caráter potencializador da violência linguística praticada no ciberespaço advém inclusive da possibilidade de combinar múltiplas semioses num só ato de fala, mediante os recursos próprios de tal espaço como “carregar”, “linkar”, “marcar”. Essa característica, combinada à atemporalidade da dimensão virtual, eternizando um presente sempre constante, faz com que uma ofensa perpetrada nesse lugar possa ganhar um efeito de durabilidade muito maior e que pode ser reativado, (re) praticado a cada novo acesso, nova visualização e replicação – compartilhamento – dos conteúdos violentos em outros espaços infindáveis e indelimitáveis.

Por essas razões, as transformações a que nos referíamos há pouco não dizem respeito a uma realidade que coexiste paralelamente ao que seja a existência humana, mas afetam-na estruturalmente, em sua constituição e significado. Poderíamos, assim, nos questionar: o estatuto do humano é hoje o mesmo antes de todas as múltiplas e complexas ciberexperiências? E o significado cultural e psicológico do corpo tem ainda os mesmos contornos de antes? E a violência, tão potencializada nesse universo, incide apenas sobre “a moral”, “a reputação”, “a imagem” dos violentados,

como que atingindo a uma realidade exterior à subjetividade e à corporeidade destes, ou seria um ataque – do mesmo calibre do materialmente perpetrado – a sujeitos e identificações performativizadas e que habitam corporalmente a linguagem e a ciberrealidade? Diante de tais perguntas, não nos parece forçoso afirmar que os significados violentos desferidos contra pessoas trans em ambientes virtuais constituem-se modalidade de ataque efetivo às identidades e aos corpos ali performativizados.

Tal potência violenta é ratificada se consideramos que, a revelia de todos os benefícios trazidos por tais possibilidades de interconexão em rede, a exemplo da ampliação das possibilidades de participação política e de militância social (BRAGA, 2015), os ambientes virtuais configuram-se também enquanto ambientes que produzem certo sentido de “comunidade” e “coletividade” desatrelados de valores comumente atribuídas a essa experiência do mundo não eminentemente mediado pelas tecnologias digitais da comunicação e da informação. Assim, a experiência da coletividade humana no ciberespaço é produzida “por um sistema cada vez mais tecnificado que (...) tende a reificar a maior parte de seus atos, senão de sua criatura: é este o problema ético, político e intelectual da tecnologia desde o ponto de vista de uma teoria crítica da sociedade” (RUDIGER, 2003, p. 65).

Assim, vemos que uma das premissas antropológicas inscritas na cultura que, de certo modo, autorizaram a violação do outro sob o estatuto de legitimidade, submetê-lo a um processo de desumanização, agudamente marcada nas dinâmicas das violências de gênero contra pessoas trans, é também marcante no ciberespaço. Nesse sentido, os efeitos de distanciamento em relação à suposta realidade, aquela vivida na dimensão *off-line* da vida, colaboram para o processo de coisificação, e até animalização, de sujeitos, corpos e identidades, sob o alibi: “mas, isto (o ato violento) não é real”.

Em face dessa retórica da exterioridade da vida digital da esfera do “real” e, por isso, da esfera da avaliação ética e moral a qual estão sujeitas, ao menos em tese, nossas ações em espaços outros, cabe pensar criticamente o potencial simbólico das práticas de linguagem enquanto potencial de (re)produção da realidade, especialmente no que diz respeito ao modo como estas reiteram ou rasuram processos de desumanização do outro, mobilizados com frequência para reproduzir sistemas discriminatórios baseados em gênero, raça, classe e orientação sexual, dentre outros marcadores sociais da diferença.

## 4 Efeitos pragmáticos da violência linguística em comentários transfóbicos online

Nesta seção, em face das discussões até aqui empreendidas, apresentamos dois exercícios de análise (meta)pragmática de atos de fala transfóbicos produzidos em práticas de linguagem mediadas pela tecnologia, situados em comentários *online* que perpetraram a violência linguística. Tais comentários fazem parte do *corpus* elaborado por mim (SILVA, 2017), composto por mais 20 comentários, num estudo que focalizou as práticas linguísticas de comentadores do site de notícias *online* mais acessado do Brasil, o *GI*, em matérias que relatavam a polêmica intervenção artística da modelo e atriz transexual Viviane Beleboni, na 10ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, ocorrida em 6 de junho de 2015.

Apesar das inúmeras declarações de Viviane, que desfilou na avenida representando a crucificação de Jesus Cristo, afirmando que seu objetivo era denunciar as violências as quais a população trans é submetida no Brasil, sua performance foi bastante mal recebida entre cristãos fundamentalistas, o que repercutiu sobremaneira nas redes sociais e nas páginas de notícia *online*. O primeiro comentário aqui analisado foi postado na seção de comentários da matéria *Bispos divulgam nota contra o uso de imagens religiosas na Parada Gay* (DANTAS, 2015), publicada em 11 de junho de 2016, gerando 709 comentários; já o segundo está relacionado à matéria *Depoimento de transexual 'crucificada' na Parada Gay é adiado em SP* (SOARES, 2016), publicada em 21 de junho de 2016, com 169 comentários.

O mote central da nossa análise incide sobre casos de violência linguística nos quais é posta em evidência a tênue fronteira entre a violência perpetrada fisicamente e aquela de natureza linguística, acionada pelo recurso indexical à rede complexa de violências multidimensionais às quais estão submetidas pessoas trans numa sociedade cisnormativa<sup>3</sup>

---

3 Segundo Vergueiro (2015, p. 61) “a cisgeneridade é um conceito composto pelas compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero tidas como naturais, normais e biológicas, que são por sua vez as compreensões que fundamentam as leituras sobre vivências e corpos em termos de gênero”. Nesse sentido, a cisnormatividade funciona como categoria analítica que diz respeito à validação dos modelos corporais e de gênero social de pessoas não transexuais (calcadas em binarismos como homem/mulher) como norma obrigatória para todas as vivências, a qual deve ser seguida de forma compulsória, exercendo, por isso, violência

como a nossa. Desse modo, torna-se produtivo investigar o modo pelo qual os sentidos de um *continuum* de violências (SILVA, 2017, p. 86) se estabelece como condição (meta)pragmática da inscrição dos atos de fala transfóbicos em práticas sociais de linguagem mediadas pela tecnologia, a exemplo dos comentários *online*.

É nessa lógica que nos comentários registrados nas Figuras 1 e 2, graças à produção de pistas de contextualização relativas à seleção lexical, em funcionamento nos processos de nomeação, a violência transfóbica se efetiva no discurso.

Figura 1 – Comentário *online* de leitor A



Na Figura 1, vemos um entrelaçamento polifônico de vozes que performatizam a transfobia vindas de diferentes contextos de violência social. Nesse sentido, as pistas indexicais como “*bombas de efeito moral*”, “*pimenta*” e “*bala de borracha*” produzem contextos relativos a ações nas quais o Estado (por meio das polícias) perpetra seu poder repressivo contra manifestações populares ou movimentos revoltosos, entendidos como desordeiros e vândalos, conforme podemos ver registrado em inúmeros episódios da história moderna e recente do Brasil.

Nesse sentido, a ancoragem de tal ato de fala se realiza nas regras próprias das práticas sociais nas quais a violência física é perpetrada como força policial do Estado a fim de estabelecer a “ordem”, a “paz”, de exercer “o controle” sobre forças populares em insurreição diante do poder institucional constituído ou, ainda, em “defesa do patrimônio público e dos cidadãos de bem”. Desse modo, tais pistas contextuais fazem emergir sentidos nos quais a transexualidade é entendida como um tipo de ameaça à civilidade, uma modalidade de insurreição e de atentado contra o patrimônio dos cidadãos de bem (a rígida matriz cisheteronormativa

---

e exclusão contra pessoas transexuais, travestis, transgêneras e gênero diversas, em geral. Assim, estas passam a ser significadas culturalmente como fora do espectro possível do humano, por isso, também, violentáveis, matáveis.

que goza de “efeitos de estabilidade” disciplinarmente produzidos) sendo destinada, por isso, ao investimento da força coercitiva e normalizadora baseada em castigos e violências como as acionadas (e realizadas) pelas pistas indexicais em análise.

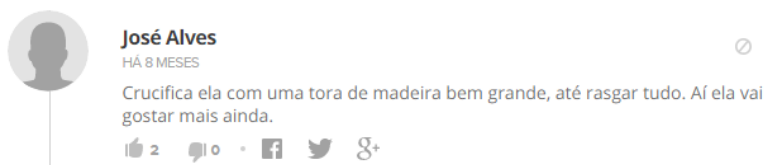
Além do estabelecimento, no discurso, de um *continuum* de violências, acionando pela evocação de situações em que agressão física é perpetrada pela força institucional contra sujeitos entendidos como “ameaçadores” ao ordenamento social, pistas como “*chibatadas*” indexam também trajetórias contextuais que remontam às punições disciplinares aplicadas a diferentes grupos de pessoas subalternizadas ou escravizadas em diversos processos de dominação social. Nesse sentido, são (re)instauradas condições sociopolíticas nas quais, por exemplo, a escravização de pessoas negras e/ ou indígenas era realizada por meio de um sem-número de punições físicas infligidas como manifestação do poder colonial dos Estados europeus em seus projetos de (des)cobrimento (de sangue) das populações locais das regiões subjogadas.

Ainda nessa direção, vale ressaltar o emprego das *chibatadas* como forma de punição e disciplinarização, ainda hoje presentes em determinados países, aplicadas a pessoas que cometem crimes capitais, geralmente aqueles que atentam contra a religião dominante, a moral sexual e os padrões de sexo e de gênero inteligíveis nessas sociedades. Tais punições são entendidas por organismos internacionais de proteção dos direitos humanos, a exemplo da ONU (Organização das Nações Unidas), como formas inaceitáveis de tortura. No contexto brasileiro, a Revolta da Vacina (1904), enquanto movimento de insurgência de marinheiros negros contra as torturas (*chibatadas*) que recebiam por sua identidade étnico-racial, em um período em que esse tipo de punição já era proibida em tal organização militar, é um marco emblemático do modo como a violência física é operada enquanto instrumento de punição de sujeitos em razão de sua identidade em conflito com a norma social estabelecida.

Nesse sentido, os feitos metapragmáticos das pistas indexicais em funcionamento no comentário registrado na Figura 1, as quais ancoram nos contextos da violência física perpetrada com vistas a punir transgressores e a normalizar identidades transviadas, corroboram a construção das vidas trans, no discurso, como alvos de mecanismos disciplinares baseados na violência sobre o índice movente no qual se instauram suas identidades, a materialidade de seus próprios corpos. A rede de discursos e práticas translocais e transtemporais na qual tais sentidos se ancoram é

justamente aquela inscrita no contexto dos processos de nomeação que designam as pessoas trans, ainda na Figura 1, como “*esse resto de humanidade*”, aludindo assim aos sentidos transfóbicos produzidos pelo posicionamento das experiências de travestilidade/transexualidade na zona da abjeção (MISKOLCI, 2016, p. 24), na exterioridade dos limites antropológicos cisnormativos de existência.

Figura 2 – Comentário online do leitor B



Ao pensarmos as dimensões da violência transfóbica indexada no comentário presente na Figura 2, graças aos processos de contextualização em funcionamento, vemos o entrecruzamento de sentidos de perversão e sadismo na elaboração de tal ato de fala, o qual performatiza na linguagem o assassinato de Viviany Beleboni. Desse modo, ao sugerir que lhe seja feito fisicamente o que ela havia teatralmente representando, por meio de construções linguístico-discursivas como “*crucifica ela*”, vemos como, na lógica do discurso que perpetra a violência motivada pela transfobia, os sentidos da morte do Outro, do desviante, estão amplamente legitimados.

A violência produzida por tais sentidos ganha maiores dimensões se pensarmos no significado social e político que a morte por crucificação, pena capital aplicada pelo Império Romano aos seus escravos, gozava numa arquitetura das relações de poder que estruturavam determinadas sociedades. Morte vexatória, cruelmente preparada por carnificinas e torturas extenuantes, infligidas sobre os corpos condenados, imorais, criminosos, de transgressores, em praça pública, diante das autoridades e da sociedade de bem, dotada de caráter punitivo e disciplinar (pois anunciava o destino de todos aqueles que se levantassem contar o poder de César), significada, ainda, do ponto de vista religioso, como a morte dos amaldiçoados, dos abandonados por Deus em razão de sua iniquidade.

Uma breve incursão pelas páginas virtuais de organizações que

trabalham para visibilizar as violências que vitimam diariamente a população trans, diante do silêncio do poder público frente a isso, como por exemplo o *site* da *Rede Nacional de Pessoas Trans*, (REDE TRANS BRASIL, 2019), o qual reúne notícias de assassinatos transfóbicos veiculados em todo país, nos mostraria que a descrição do significado da crucificação apresentado no parágrafo anterior, infelizmente, não guarda grandes diferenças do flagelo mortal, quase onipresente, que diariamente “crucifica” homens e mulheres trans, até a morte do corpo, em situações de tortura, em condições vexatórias, paradoxalmente expostas e invisibilizadas, ao mesmo tempo, como signos de uma ameaça a todos quantos ousam desafiar significados corporais, sexuais e de gênero, compulsórios, da biologia e da religião. Nessa dinâmica, as fronteiras entre a violência materialmente perpetrada e a que se faz na linguagem são praticamente indelimitáveis, em termos de fronteiras e de proporções mortais.

Ainda nessa direção, aparecem indexados nesse mesmo comentário, por meio de pistas indexicais como “crucifica ela *com uma tora de madeira bem grande, até rasgar tudo. Ai ela vai gostar mais ainda...*”, sentidos que se ancoram metapragmaticamente em práticas sociais relativas à violência, na modalidade de tortura sexual, infligida contra pessoas trans, como um suplício prévio à execução por crucificação performada linguagem. Nesse engendramento de injúrias, a violência é erotizada com vistas a significar pessoas trans sob a égide da perversão e do sadismo, uma vez que, mesmo diante do castigo físico impetrado em razão de ser “*crucificada*” e de ter “*uma tora de madeira bem grande* [introduzida no seu corpo], *até rasgar tudo*”, segundo enuncia o comentador “*ela vai gostar mais ainda*”.

Nesse sentido, ao pensarmos o modo como a violência realizada na linguagem incide sobre as identidades e os corpos trans, somos orientados a refletir que:

O corpo é também o que se diz dele e aqui estou a afirmar que o corpo é construído, também, pela linguagem. Ou seja, a linguagem não apenas reflete o que existe. Ela própria cria o existente e, com relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo, classifica-lo (GOELLNER, 2013, p. 15).

Desse modo, nessa visada desessencializada e cultural do corpo, a qual põe a linguagem como elemento fundamental na produção deste, não são, necessariamente, semelhanças biológicas ou instâncias físicas que o definem, mas, fundamentalmente, “os significados culturais e sociais

que a ele se atribuem” (GOELLNER, 2013, p. 31). Nesse sentido, assim como o corpo pode ser produzido na linguagem, este corpo pode também nela ser simbolicamente (e efetivamente) destruído, torturado, violentado. Por esse viés, mediante o potencial performativo que a linguagem em uso assume no interior de práticas socioculturais situadas, as pistas indexicais analisadas (re)estabelecem e (re)produzem os contextos de violência física para os quais os atos de fala transfóbicos apontam, os quais são, assim, dotados de força ilocucionária que os torna capaz de subalternizar, ferir e violentar corpos e identidades trans.

## 5 Considerações finais

Diante do percurso teórico-analítico empreendido ao longo deste trabalho, constatamos a produtividade da adoção de uma perspectiva pragmática no que tange à observação crítica das práticas de linguagem mediadas pela tecnologia, a exemplo dos comentários *online* em páginas de notícias, especialmente quando estes estão implicados em práticas sociais que (re)produzem formas de exclusão e ódio contra grupos sociais historicamente subalternizados, a exemplo das pessoas trans.

A compreensão da violência linguística de motivação transfóbica praticada no ciberespaço, enquanto efeito pragmático produzido pela natureza indexical dos atos de fala, abre perspectivas que nos permitem vislumbrar contextos acionados com vistas a violentar pessoas trans por meio da linguagem – e com eles os grupos sociais que agenciam seu discurso para este fim. É nesse sentido que as análises aqui apresentadas podem contribuir para problematizar os processos pelos quais a linguagem pode se constituir numa forma específica de violência, especialmente em espaços digitais de interação, graças a suas especificidades em termos de abrangência, replicação e potencial semiótico.

Nesse sentido, para além de um discurso que aponta a judicialização da vida como alternativa mais eficaz frente à violência linguística e às diversas manifestações dos discursos de ódio e de seus efeitos nocivos, me parece produtivo pensar na possibilidade de resistência aberta pela própria dimensão discursiva, por isso porosa e micropolítica, desse tipo específico de violência: a produção de estratégias engajadas numa luta política de contestação *queer/cuir/transviada*, pautada na disputa pelos significados das palavras e seus efeitos simbólicos na elaboração da realidade, mediante artimanhas de desnaturalização, rasura, apropriação e contaminação.



## REFERÊNCIAS

- AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].
- BOLIVAR, Adriana. La descortesía en la dinámica social y política. *In: COLOQUIO DEL PROGRAMA EDICE*, 1., 2002, Stockholm. **Anais [...]** Stockholm: Stockholms universitet, 2003. p. 137-164.
- BRAGA, Denise Bértoli. A comunicação em rede e os impactos nas possibilidades de participação social: reflexões introdutórias. *In: \_\_\_\_\_* (org.) **Tecnologias digitais da informação e da comunicação e participação social**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 13-30.
- BRAVO, Diana. Competencia en la pragmática sociocultural del español: actos de habla y cortesía. *In: COLOQUIO DEL PROGRAMA EDICE*, 1. 2002, Stockholm. **Anais [...]** Stockholm: Stockholms universitet, 2003. p. 363-374.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987 [1978].
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belho Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.
- \_\_\_\_\_. **Lenguaje, poder e identidad**. Madrid: Síntesis, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017 [1990].
- CHAUÍ, Marilena. A concentração do tempo e do espaço do espetáculo. **Youtube**, 9 out. 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=X5d1TBpXrq0>>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- DANTAS, Carolina. Bispos divulgam nota contra o uso de imagens religiosas na Parada Gay. **G1** [Notícia], 11 jun. 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/bispos-divulgam-nota-contra-uso-de-imagens-religiosas-na-parada-gay.html>>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- DERRIDA, Jacques. Assinatura, acontecimento, contexto. *In: \_\_\_\_\_*. **Margens da filosofia**. Campinas: Papirus, 1991. p. 349-373.
- GOELLNER, Silvana Vildore. A produção cultural do corpo. *In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jeane; \_\_\_\_\_*. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 30-42.
- GRICE, Paul. Lógica e conversação. *In: DASCAL, Marcelo. (org.) Pragmática: problemas, críticas e perspectivas da linguística*. Campinas: Unicamp, 1982. p. 81-104.

KEBRAT- ORECCHIONI, Catherine. **Análise da conversação**: princípios e métodos. São Paulo: Parábola, 2006.

\_\_\_\_\_. **Les interactions verbales**. Paris: Colin, 1992.

LAKOFF, Robin. The logic of politeness, or: minding your p's and q's. **Papers from the Ninth Regional Meeting Chicago Linguistic Society**, v. 9, n. 1, p. 292-305, 1973.

LEECH, Geoffrey. **Principles of pragmatics**. London: Longman, 1983.

LEEZEMBERG, Michiel. Em torno de uma abordagem prática em pragmática: tragédia grega como conversação impolida. In: SILVA, Daniel do Nascimento e; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de (orgs.). **Nova pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014. p. 43-65.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pela diferença. 3.ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Nova pragmática**: fases e feições de um fazer. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

REDE TRANS BRASIL. **Rede Nacional de Pessoas Trans**. Disponível em: <<http://redetransbrasil.org/index.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura**: perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVA, Daniel do Nascimento e. **Pragmática da violência**: o Nordeste na mídia brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v. 14, n. 1, p. 67-84, jan./abr. 2014.

\_\_\_\_\_; ALENCAR, Claudiana Nogueira de. **A propósito da violência na linguagem**. Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 55, vol. 22, jul./dez., p. 129-146. 2013.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira de (orgs.). **Nova pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. **Atos de fala transfóbicos no ciberespaço**: uma análise pragmática da violência linguística. 2017. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SILVESTREIN, Michael. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. In: LUCY, John. (org.) **Reflexive language**: Reported speech and metapragmatics. Cambridge: Cambridge University Press. 1993. p. 33-58.

SOARES, Will. Depoimento de transexual 'crucificada' na Parada Gay é adiado

em SP. **G1** [Notícia], 21 jun. 2016. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/depoimento-de-transexual-crucificada-sobre-parada-gay-e-adiado-em-sp.html>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

TOMAZI, Micheline Mattedi; CUNHA, Gustavo Ximenes. A cortesia no contexto da violência contra a mulher: o papel da linguagem na (des)construção da face agredida. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHIA, Manuel Francisco (orgs.). **Descortesia e cortesia**: expressões de culturas, São Paulo: Cortez, 2017. p. 175-208.

VERGUEIRO, Viviane Simakawa. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade, 2015. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

Recebido em: 20/11/2018

Aceito em: 30/06/2019